



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES**

**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**PROCESSO PJECOR N.º: 0000282-97.2022.2.00.0808**

**UNIDADE JUDICIÁRIA: 1ª Vara Cível, Órfãos e Sucessões do Juízo de Cariacica/ES - Comarca da Capital**

**JUIZ TITULAR: Dr. Camilo José D'Ávila Couto**

**ASSUNTO: Correição Virtual – 2022**

**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL**

**1ª VARA CÍVEL, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DO JUÍZO DE CARIACICA/ES – COMARCA DA CAPITAL**

Submeto aos ilustres membros deste Egrégio Conselho Superior da Magistratura a apreciação do Relatório de Correição Virtual levada a efeito na **1ª Vara Cível, Órfãos e Sucessões do Juízo de Cariacica/ES - Comarca da Capital**, em atendimento aos termos da Portaria n. 011/2022 e do Edital n. 056/2022, disponibilizado no Diário Eletrônico do dia 19/09/2022.

**1. METODOLOGIA UTILIZADA**

A metodologia utilizada na presente Correição Virtual é fundamentada em relatórios analíticos gerenciais, com especificações de todos os processos da **1ª Vara Cível, Órfãos e Sucessões do Juízo de Cariacica/ES - Comarca da Capital**, fornecidos pelos sistemas de automação do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Objetiva-se, pois, prevenir e corrigir irregularidades no uso e na alimentação do sistema informatizado de gerenciamento e movimento processual, permitindo, assim, adequada viabilidade do instrumento para as rotinas cartorárias e, conseqüentemente, a boa prestação jurisdicional.

Com efeito, a equipe correcional iniciou o exame qualitativo dos processos quanto às últimas movimentações e a situação temporal em que se encontravam, nos parâmetros definidos pelo artigo 15 do Código de Normas.

A correição ensejou, dessa forma, o levantamento prévio de dados sobre os processos que se encontravam com andamento paralisado, assim como aferição acerca da organização das atividades desenvolvidas na unidade e da eficiência e desempenho dos recursos humanos disponibilizados, para ao final perfilar recomendações e determinações de ajustes ao fiel cumprimento das leis e normas atinentes à hipótese.

**2. ESTRUTURA FUNCIONAL**

**Juiz Responsável**

Juíza	Vínculo	Ato
-------	---------	-----

Camilo José D'Ávila Couto	Titular	nº 373/2013- 15/08/2013
---------------------------	---------	-------------------------

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 05/12/2022)

Vale registrar que o referido magistrado responde também como Juiz Eleitoral da 54ª Zona Eleitoral – Cariacica, conforme Resolução nº 94/2022, de 15/06/2022, bem como pela 3ª Vara Cível, Órfãos e Sucessões do Juízo de Cariacica/ES.

#### Servidores lotados

Servidor (a)	Cargo	Função
Geane Campos Barboza	Analista Judiciário - AJ - Direito	Chefe de Secretaria Substituta - Ato nº 566/18 - 04/09/2018
Erica Vanessa Fiorini Niero Sessa	Analista Judiciário - AJ - Direito	-
Roberto Wagner Gonçalves Correa	Analista Judiciário - AJ - Direito	-
Laura Nascimento de Prá	Assessor de Juiz	-

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 05/12/2022)


#### Servidores à disposição de outras Unidades

Servidor (a)	Cargo	Observação
Iracilda Camilo Hilario Ribon	Analista Judiciário Especial - QS - Escrivão Judiciário	à disposição do 2º Juizado Especial Cível de São Mateus/ES - Ato Nº 184/2020 - 21/08/2020.
Roberto Luchi Nascimento	Analista Judiciário 01 - QS - Escrevente Juramentado	Respondendo pelo cargo de Chefe de Secretaria da 5ª Vara Criminal de Cariacica - Ato nº 3729/13 - 04/12/2013

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 05/12/2022)

A Lei Complementar Estadual nº 234/02 – Código de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo – prevê, como paradigma, a lotação de **04 (quatro) Analistas Judiciários 02 – Área Judiciária** para a 1ª Vara Cível, Órfãos e Sucessões do Juízo de Cariacica. Vê-se, daí, que o quadro funcional da secretaria da unidade encontra-se **incompleto**, não atendendo a previsão mínima estabelecida em lei.

Ademais, conforme Tabela de Lotação de Pessoal – TLP de todas as unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, disponibilizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas no site do Tribunal de Justiça<sup>1</sup>, a lotação real de servidores efetivos da Unidade é de 03 (três) servidores e a lotação paradigma é de 04 (quatro) servidores, vejamos:



# TABELA DE LOTAÇÃO DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TLP1 - Tabela de Lotação de Pessoal das Unidades Judiciárias de Primeiro e Segundo Grau do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo

Referência: 01 de janeiro de 2022

UNIDADES JUDICIÁRIAS DO APOIO DIRETO DO PJS

Grau	Tipo	Descrição da Unidade	UF	Município	LP	LOTAÇÃO REAL DOS EFETIVOS	LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES QUE INGRESSARAM POR CESSÃO OU REQUISICÃO	LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES SEM VÍNCULO	LOTAÇÃO REAL DE OUTROS SERVIDORES DE UNIDADES PRIVATIZADAS	ASSESSOR DE JUIZ
1	B - CÍVEL	1ª VARA CÍVEL, ÓRFÃOS E SUCESSÕES	ES	CARIACICA	4	3	0	1	0	

1 Disponível em: [http://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/TLP1\\_jan2022-PADR%C3%83O.pdf](http://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/TLP1_jan2022-PADR%C3%83O.pdf) . Consulta realizada em

### 3. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DA UNIDADE

A estatística processual da unidade foi consolidada a partir dos sistemas informatizados utilizados para movimentação de todos os processos da Vara.

#### Processos distribuídos

Indicador	Total	Média/mês
Janeiro a dezembro de <b>2020</b>	604	50
Janeiro a dezembro de <b>2021</b>	1.166	97

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 05/12/2022)

#### Evolução do acervo

Ano	Acervo
<b>2020</b>	4.525
<b>2021</b>	4.986

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 05/12/2022)

#### Acervo atual

	Dezembro 2022
Total	5.961
Suspensos ou sobrestado	49
Arquivados provisoriamente	0
<b>Tramitação ajustada</b>	<b>5.912</b>

(Tramitação ajustada: acervo real em movimento na unidade judiciária)

### 4. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DO GABINETE

#### Processos conclusos

Indicador	1ª fase	2ª fase
Quantidade total de processos <b>conclusos</b>	<b>1.606</b>	<b>1.005</b>
Conclusos para <b>sentença</b> há mais de 100 dias	3	2
Conclusos para <b>decisão</b> há mais de 100 dias	7	10
Conclusos para <b>despacho</b> há mais de 100 dias	146	134
Conclusos para <b>ato diverso</b> há mais de 100 dias	4	14

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 05/12/2022)

#### Audiências

Indicador	1ª fase	2ª fase
Quantidade de audiências designadas	64	116
Quantidade de audiências designadas para <b>mais de 4 meses</b>	0	28

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 05/12/2022)

### 5. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

## Tabela Processual Unificada – CNJ

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem migração de classe	0	0
Processos sem assunto	0	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 05/12/2022)

### Processos sem movimentação há mais de 100 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem movimentação há mais de 100 dias	717	797

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 05/12/2022)

### Petições pendentes de juntada há mais de 10 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Petições pendentes de juntada	83	158

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 05/12/2022)

### Cartas precatórias não cumpridas no prazo de 60 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Cartas precatórias pendentes de cumprimento	55	22

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 05/12/2022)

### Processos fora de cartório há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos fora de cartório ou em remessa externa	33	34

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 05/12/2022)

### Mandados pendentes de devolução por parte de Oficial de Justiça há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Mandados pendentes de devolução há mais de 30 dias	41	25

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 05/12/2022)

## 6. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE METAS

### Meta 1 CNJ/2021 (Foco: Produtividade)

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Percentual obtido	Resultado
51,4%	Meta não cumprida

### Meta 2 CNJ/2021 (Foco: Celeridade)

Identificar e julgar até 31/12/2021: Na Justiça Estadual: pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no 1º grau e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2018 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

Percentual obtido	Resultado
80,2%	Meta <b>não cumprida</b>

#### Meta 6 CNJ/2021 (Foco: Ações Coletivas)

Identificar e julgar até 31/12/2021: 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau.

Percentual obtido	Resultado
166,7%	Meta <b>cumprida</b>

#### Meta 8 CNJ/2021 (Feminicídio e Violência Doméstica)

Identificar e julgar, até 31/12/2021: 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2018 e 50% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2019.

Percentual obtido	Resultado
0%	Meta <b>não cumprida</b>

#### Meta 12 CNJ/2021 (Foco: Ações Ambientais)

Identificar e: Identificar e impulsionar 25% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2020.

Percentual obtido	Resultado
400%	Meta <b>cumprida</b>

(Fonte:Núcleo de Processamento de Estatística - referente à Dezembro de 2021)

## 7. DESEMPENHO DA UNIDADE JUDICIÁRIA

### 7.1. Gabinete

A apuração sistêmica dos dados da unidade, consolidados até o dia 21/09/2022, revelou a existência de **1.606 (mil, seiscentos e seis)** processos em gabinete para análise do Magistrado, havendo 160 (cento e sessenta) processos conclusos há mais de 100 (cem) dias.

Em nova consulta realizada no dia 05/12/2022, percebe-se que o acervo concluso obteve uma redução, totalizando **1.005 (mil e cinco)** processos, contudo, o quantitativo de processos **com registro de excesso de prazo de conclusão permaneceu em 160 (cento e sessenta) feitos**.

Diante da situação apresentada, mostra-se necessário que o Juízo adote, com urgência, as medidas necessárias visando o impulsionamento dos processos paralisados em gabinete, de modo que o tempo de resposta conferido aos pronunciamentos judiciais não exceda o prazo de 100 dias, conforme orientações do CNJ.

Vale registrar, contudo, que em suas informações, o MM. Juiz registrou, dentre outras situações, que a assessora do Juízo ficou afastada por aproximadamente 08 (oito) meses no corrente ano, por licença médica e posterior licença maternidade, sem que houvesse a designação de servidor para substituí-la, fato este que acarretou efetivos prejuízos ao gabinete.

No que se refere à designação de audiências, verifica-se que das **116 (cento e dezesseis)** audiências designadas, **28 (vinte e oito)** encontram-se acima do prazo regulamentar.

Em que pese não ser um número elevado de audiências designadas com prazo excessivo, mostra-se necessário que o Juízo fixe como meta o prazo de 4 meses para realização das audiências designadas pela Unidade.

Por fim, observa-se que as Metas CNJ 1, 2 e 8 no ano de 2021 não foram cumpridas, devendo o Juízo adotar medidas concretas voltadas ao atendimento integral das *Metas Prioritárias* estabelecidas pelo Conselho Nacional da Justiça, impulsionando efetivamente os processos inseridos nestas.

## 7.2. Secretaria

Analisando os dados extraídos tanto na 1ª fase quanto na 2ª fase da correição, foi possível verificar uma piora em boa parte das pendências verificadas.

No que se refere aos processos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias, verifica-se que no primeiro levantamento de dados constavam **717 (setecentos e dezessete)** feitos na referida situação, porém, na segunda apuração, o quantitativo aumentou para **797 (setecentos e noventa e sete)** processos.

Em que pese o MM. Juiz informar que os processos constantes no relatório extraído na 1ª Fase da correição foram movimentados pela secretaria, restando pendente a movimentação de 97 (noventa e sete) processos eletrônicos e 15 (quinze) processos físicos, verifica-se que atualmente o quantitativo mostra-se bem elevado.

Assim, deve a secretaria adotar as medidas necessárias visando o impulsionamento de todos os processos paralisados inadequadamente, observando, preferencialmente, a ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais.

No que se refere aos processos em carga externa, recomenda-se à secretaria que mantenha o controle efetivo sobre os processos em carga, com cobrança mensal mediante intimação pelo e-Diário, por telefone, verbalmente ou por e-mail, conforme determina os artigos 376, §§ 4º e 5º e 399 a 401, ambos do Código de Normas. Para tanto, deverá lançar mão da ferramenta eletrônica “Painel de Prazos” no sistema e-JUD, o que otimizará buscas posteriores e a observância do prazo.

Com relação às petições pendentes de juntada há mais de 10 (dez) dias no sistema, constavam 83 (oitenta e três) petições no levantamento de dados realizado na 1ª Fase da Correição, tendo o quantitativo aumentado para **158 (cento e cinquenta e oito)** em segunda análise, devendo a Secretaria implementar as devidas estratégias para sanar tal pendência.

Quanto aos mandados pendentes de devolução pelos Oficiais de Justiça, compulsando a listagem atualizada, extraída em 05/12/2022, infere-se que 25 (vinte e cinco) mandados permanecem sem devolução, sendo que o alguns já contam com mais de 100 (cem) dias de distribuição.

Assim, deve a secretaria sempre observar o dispositivo no inciso XVI, do artigo 438 do Código de Normas, procedendo-se às devidas cobranças e comunicando os fatos ao Magistrado, caso não seja realizada a devolução dos mandados dentro do prazo.

## 8. DETERMINAÇÕES

### 8.1 Ao Juiz Titular

EVENTO	DETERMINAÇÃO
Situação da unidade judiciária	<b><u>Encaminhe</u></b> impreterivelmente no prazo de <b>30 (trinta) dias, relatório detalhado</b> à Corregedoria Geral da Justiça quanto a adoção de todas as medidas correicionais direcionadas à Unidade;
	<b><u>Adote</u></b> , doravante, as orientações e medidas como rotinas de trabalho, fiscalizando, a observância, pelo cartório da alimentação dos sistemas informatizados;
	<b><u>Adote</u></b> as medidas necessárias visando o impulsionamento/julgamento dos processos inseridos em referida situação;

<b>Processos concluídos na mais de 100 dias</b>	<b><u>Promova</u> o acompanhamento regular</b> do acervo de processos concluídos, de modo que o tempo de resposta conferido aos pronunciamentos judiciais não exceda o prazo de 100 dias, conforme orientações do CNJ;
<b>Metas Nacionais CNJ</b>	<b><u>Monitore</u></b> , semanalmente, os dados estatísticos da unidade, assegurando uma tramitação célere e regular aos expedientes inseridos nas Metas Nacionais do CNJ, em cumulo a propiciar seu integral atendimento.
<b>Audiências designadas</b>	<b><u>Fixe</u></b> como meta o prazo máximo de 4 meses para realização das audiências designadas pela Unidade.

## 8.2. À Chefe de Secretaria Substituta

<b>EVENTO</b>	<b>DETERMINAÇÃO</b>
<b>Juntada de petições</b>	<p><b><u>Regularize</u></b> a situação de todas as petições pendentes de juntada, de modo que o sistema represente fidedignamente a realidade cartorária;</p> <p><b><u>Observe</u></b>, doravante, rigorosamente o prazo de até 10 (dez) dias para a juntada das petições protocolizadas na forma do artigo 234 do Código de Normas Judicial, promovendo, em qualquer situação, o adequado movimento taxonômico “juntada de petição de #{tipo de petição}” (código 85), quando da juntada física;</p>
<b>Mandados expedidos</b>	<b><u>Mantenha</u></b> rigoroso controle sobre os prazos para cumprimento dos mandados judiciais expedidos, em atendimento ao estabelecido no Código de Normas, <b><u>procedendo</u></b> a sua regular cobrança quando excedido o tempo para devolução, nos termos do inciso XVI, do artigo 438 do Código de Normas;
<b>Processos em carga externa</b>	<p><b><u>Providencie</u></b> a cobrança dos processos em carga por prazo excessivo;</p> <p><b><u>Adote</u></b>, no monitoramento dos prazos em geral dos autos físicos, a ferramenta eletrônica "Painel de Prazos" no Sistema e-Jud (ou equivalente), o que otimizará buscas posteriores, sem prejuízo da utilização do "escaninho virtual respectivo" e correspondente organização cartorária física, anotando-se o tipo e a data de vencimento do prazo;</p>
<b>Cartas precatórias</b>	<b><u>Observe</u></b> , no que diz respeito às cartas precatórias recebidas para fins de cumprimento, o disposto nos incisos XXIV, do artigo 438 do Código de Normas, de modo que tenham <u>prioridade de tramitação</u> ; comunique pela via eletrônica ou telefônica ao Juízo deprecante, em tal situação, o número de autuação da carta precatória e outros dados importantes para o cumprimento do ato solicitado, tais como a data de eventual audiência designada ou sobre a expedição de mandado; por fim, no que diz respeito exclusivamente às solicitações de atos citatórios/intimatórios deprecados, após a apuração do resultado das diligências dos oficiais de justiça, informe-as imediatamente por meio eletrônico ao Juízo

## 9. ORIENTAÇÕES GERAIS

### 9.1. Ao Juiz Titular

EVENTO	ORIENTAÇÃO
<b>Suspeição e Impedimento</b>	<b><u>Observe</u></b> o Provimento n. 36/2019, alterado pelo Provimento n. 27/2020, que determina que as decisões de suspeição e impedimento proferidas nas suas respectivas unidades judiciárias sejam devidamente registradas pelos movimentos 12.150, 12.151 ou 269, conforme o sistema utilizado;
<b>Processos físicos</b>	<b><u>Utilize</u></b> os atos <i>judiciais</i> <i>dinâmicos</i> (despacho/mandado; decisão/mandado; julgamento/mandado; despacho/AR; decisão/AR etc.) existentes no sistema <i>e-JUD</i> , evitando-se o retrabalho para a unidade judiciária, conforme recomendação constante do Ofício Circular nº 70/2014.

### 9.2. À Chefe de Secretaria Substituta

EVENTO	ORIENTAÇÃO
<b>Juntada de petições</b>	<b><u>Proceda</u></b> a juntada de petições e AR's nos autos conclusos diretamente no gabinete do magistrado, abstendo-se de retirá-los indevidamente para qualquer fim, e se atentando a utilização do respectivo movimento taxonômico que não altera a ordem cronológica de conclusão, qual seja: “juntada de petição de #{tipo de petição}” (código 85);
<b>Processos em carga</b>	<b><u>Relacione</u></b> , mensalmente, todos os processos com carga não devolvidos no prazo conferido e <b><u>promova</u></b> a intimação do responsável, via Diário da Justiça, para proceder sua devolução em 3 (três) dias, comunicando ao Magistrado as hipóteses de retenção indevida, em observância ao artigo 399 e seguintes do Código de Normas.
<b>Observância aos comandos exarados pelo Magistrado</b>	<b><u>Fiscalize e implemente</u></b> , cuidando-se de despacho ou decisão que contenham diversos itens para cumprimento pelo cartório, <i>todas as determinações lançadas pelo Magistrado</i> , evitando-se, com isso, conclusões desnecessárias em prejuízo da celeridade do trâmite processual.
<b>Processos aptos ao arquivamento</b>	<b><u>Arquive</u></b> os processos findos, sempre que existentes, em caixa previamente preparada, utilizando-se o movimento “arquivado definitivamente” (código 246), uma vez que qualquer outra sistemática torna o acervo da serventia fictício.

## 10. CONSIDERAÇÕES FINAIS



A correção realizada possibilitou a percepção de que, dentro das condições em que se encontra inserida, a **1ª Vara Cível, Órfãos e Sucessões do Juízo de Cariacica/ES** necessita se adequar aos padrões delineados no presente procedimento para que a prestação jurisdicional seja realizada com a desejável presteza e organização.

Diante disso, foram traçadas algumas determinações à Sra. Chefe de Secretaria Substituta para que, em atenção as atribuições que lhe foram conferidas por lei, exerça a gerência administrativa do cartório, de modo que os feitos sejam impulsionados regularmente na conformidade da rotina laboral impedindo-se, assim, atrasos e represamentos injustificados na marcha processual.

Ao Juiz titular por sua vez, foi determinado que adote as medidas necessárias visando o impulsionamento/julgamento dos processos conclusos há mais de 100 (cem) dias, fixe como meta o prazo máximo de 4 meses para realização das audiências designadas pela Unidade, bem como monitore os dados estatísticos da unidade, assegurando uma tramitação célere e regular aos expedientes inseridos nas Metas Nacionais do CNJ, em cumulo a propiciar seu integral atendimento.

Por fim, foi determinado ao Magistrado que apresente **no prazo de 30 (trinta) dias, relatório detalhado** à Corregedoria Geral da Justiça, enunciando os resultados obtidos pela adoção de todas as medidas correcionais direcionadas à Unidade.

Este é o relatório que me cumpria submeter ao crivo deste Colendo Conselho Superior da Magistratura.

Vitória/ES, 05 de dezembro de 2022.

**Desembargador CARLOS SIMÕES FONSECA**

**Corregedor Geral da Justiça**



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS SIMOES FONSECA, CORREGEDOR**, em 13/12/2022, às 14:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1413279** e o código CRC **D0340C65**.